



INSS

Sindicatos do Sul reúnem-se com a Superintendente Regional

Diretores do Sindprevs/SC, Sindprevs/PR e Sindisprev/RS reuniram-se com a Superintendente Regional Sul do INSS, Raquel Marshall Gadea, no dia 27 de novembro em Florianópolis. Na pauta da reunião foram tratados diversos assuntos de interesse dos servidores com destaque para as 6 horas, condições de trabalho e saúde do trabalhador.

Essa foi a segunda reunião com a participação dos três estados do Sul com a Superintendente. “Estou perplexa com as situações que eu tenho encontrado nos locais de trabalho. Falei para o Ministro da Previdência quando ele esteve em Porto Alegre. Há locais desabando, nos quais as condições de trabalho são humilhantes. Temos ciência disso e vamos trabalhar para mudar”, disse a Superintendente.



Raquel Marshall Gadea,
Superintendente Regional Sul do INSS

O Coordenador do Sindprevs/SC, Valmir Braz de Souza,

destacou que algumas mudanças estão acontecendo, que há uma maior abertura e diálogo com a nova Superintendente, mas que é preciso avançar mais principalmente no combate ao assédio moral nos locais de trabalho, destacando os problemas com as perseguições sofridas por servidores e dirigentes sindicais.



Os sindicalistas presentes destacaram que devido ao Plano Emergencial baixado pelo INSS para o Sul do País os servidores colaboraram e fizeram sua parte, mas que o volume de trabalho está muito acima do número de trabalhadores nas Agências da Previdência e que os chefes assediam os servidores e dizem abertamente que são contra as 6 horas. Expuseram mais uma vez as condições insalubres de algumas APS que não têm ar condicionado e/ou ventilação adequados e muitas estão com os tetos caindo. A Superintendente citou o caso de

Rio do Sul. “Eu estive lá e não sabia que estava tão precário”, disse Raquel.

“As 6 horas são um cabo de guerra. De um lado o governo e de outro os trabalhadores. Não adianta vocês trazerem muitos problemas para mim, pois se isso chegar à Brasília eles (o governo) vão mandar retornar à 8 horas como solução. Eu sou a favor das 6 horas, mas agora estou do outro lado”. Frases assim deixaram explícita a postura da atual Superintendente em relação a jornada de 6 horas e preocuparam os sindicalistas dos três estados, que disseram não aceitar as condições precárias de trabalho às quais os servidores estão submetidos e que a manutenção das 6 horas não pode ser usada para assediar ainda mais os trabalhadores, além das gratificações produtivistas que se tornaram um meio de punição no INSS.

Os sindicalistas expuseram situações como períodos de férias e recesso quando as chefias dizem que os servidores terão que fazer 8 horas. Os sindicalistas cobraram que houve uma troca do sistema no INSS mas que não houve uma readequação e treinamento dos servidores.

Rio do Sul. “Eu estive lá e não sabia que estava tão precário”, disse Raquel.

Os sindicalistas expuseram situações como períodos de férias e recesso quando as chefias dizem que os servidores terão que fazer 8 horas. Os sindicalistas cobraram que houve uma troca do sistema no INSS mas que não houve uma readequação e treinamento dos servidores.

Os sindicalistas expuseram situações como períodos de férias e recesso quando as chefias dizem que os servidores terão que fazer 8 horas. Os sindicalistas cobraram que houve uma troca do sistema no INSS mas que não houve uma readequação e treinamento dos servidores.

Leia mais sobre a matéria acima na página 3



Espaço destinado aos correios

- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Endereço Insuficiente
- Não Existe Nº Indicado
- Fora Perímetro de Entrega
- Zona Rural
- Informação Prestada pelo Porteiro ou Síndico
- Falecido
- Ausente
- Não procurado

Reintegrado ao Serviço Postal em __/__/__

Em __/__/__

Responsável

Rua Angelo La Porta, 85 • Centro
Florianópolis • CEP 88020-600
Fone/Fax: (48) 3224-7899

6 e 7 Plenária da Fenasp e encontros setoriais definem rumos para 2013

8 Ato emocionante em defesa da greve da Saúde e da luta dos trabalhadores

12 Dia da Consciência Negra marcado com atividades políticas e culturais na Capital



Advogados particulares assediam servidores

Nos últimos dias têm aumentado o número de associados que entram em contato com o Sindprevs/SC para reclamar que estão sendo pressionados por advogados particulares para outorgarem procurações com o fim de ajuizamento de ações sobre paridade. A pressão chega a tal ponto que estes profissionais além de telefonarem insistentemente aos servidores, muitas vezes chegam a se deslocar até as suas residências, para “incentivar” pessoalmente os servidores para que estes lhes outorguem as procurações. Na ânsia de angariar “novos clientes”, estes profissionais não têm nenhum escrúpulo em mentir aos servidores, sobretudo quando percebem se tratar de pessoas de idade mais avançada, casos em que geralmente a oferta dessas ações vêm acompanhadas de infundadas críticas à atuação do Sindicato, quase sempre afirmando que “a ação do Sindprevs/SC não será paga tão cedo”, e apresentando aos servidores a falsa garantia de que, contratando seus serviços, os interessados obterão seus valores mais rapidamente. Esta postura antiética e proibida pelo Estatuto da OAB, mostra que o objetivo destes advogados está focado apenas no recebimento dos honorários advocatícios, ainda que para tanto omitam deliberadamente dos servidores que as ações a eles oferecidas tem valores bem inferiores àqueles cobrados nas ações coletivas, movidas pelo Sindprevs/SC, e mesmo nas ações individuais, organizadas pelo Sindicato. É que as ações movidas pelo Sindprevs/SC foram protocolizadas há cerca de 10 (dez) anos, estando agora em fase final de julgamento e prestes a terem suas execuções iniciadas. Assim, tratando-se de ações movidas em 2002, cobra-se atrasados desde a original instituição das gratificações até as respectivas regulamentações, ocorridas em abril de 2009 (INSS-Gdass) e novembro de 2010 (Ministério da Saúde

– GDPST), enquanto as ações que estes profissionais estão oferecendo terão início agora, em 2012, cobrando atrasados somente dos últimos 5 anos, com o que alcançariam apenas o período de dezembro de 2007 até dezembro de 2012.

Estas ações novas apenas conseguirão cobrar alguns meses de atrasados, no caso do INSS, enquanto as ações, coletivas, movidas pelo Sindprevs/SC, estão cobrando um período bem maior, com a característica adicional de estarem cobrando juros desde a citação original, em 2002, o que aumenta substancialmente o valor a ser pago. Já no caso do Ministério da Saúde, foram 3 (três) gratificações que foram se sucedendo, sendo a primeira a GDATA, a segunda GDASST e, por fim a GDPST. As duas primeiras gratificações (e seus respectivos períodos) já fazem parte de ação coletiva movida pelo Sindprevs/SC e já vitoriosa, encontrando-se em fase de execução. A GDPST, por sua vez, faz parte de ações individuais, organizadas pelo Sindprevs/SC e expressiva parcela delas já paga. Logo, se o servidor optar pela contratação dos profissionais em questão, cobrarão atrasados apenas entre dezembro de 2012 e dezembro de 2007, período este que inclui apenas uma pequena parte da GDASST e a GDPST, esta até a sua regulamentação, em novembro de 2010. Se permanecer nas ações do Sindprevs/SC, este servidor receberá parte da dívida através da ação coletiva mencionada acima (GDATA e GDASST), e o restante através das ações individuais já em curso (GDPST). Tanto no caso do INSS quanto no do Ministério da Saúde, assim, os períodos cobrados e os juros incidentes, nas ações movidas pelo Sindprevs/SC, são substancialmente maiores que os cobrados em ações que sejam interpostas nos dias atuais (oferecidas pelos advogados em questão), demonstrando o evidente prejuízo do

servidor se este optar pela sua saída da ação coletiva e pelo ajuizamento de ações particulares. Por fim, cumpre esclarecer que os servidores que optarem por outorgar procuração a advogados particulares, serão obrigatoriamente excluídos do processo coletivo do Sindprevs/SC, uma vez que a Justiça vem entendendo que a decisão de ajuizar processo individual explicita o desejo do servidor de não contar com a ação coletiva e agir por conta própria. Diante deste quadro de grave desrespeito destes profissionais ao Estatuto da OAB, a Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC resolveu representar contra os referidos advogados à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina, requerendo que a OAB adote as medidas cabíveis contra essa prática profissional antiética. Além disso, o Sindprevs/SC representará ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, pedindo que seja investigado como estes profissionais obtiveram os endereços e números de telefones residenciais dos servidores que vêm sendo por eles assediados, já que estes dados estão protegidos por sigilo, não estando a administração pública autorizada a fornecê-los a ninguém, salvo com expressa autorização dos próprios servidores ou judicial. O Sindprevs/SC pede, por fim, que todos os servidores que venham a sofrer assédio por parte dos referidos profissionais, entrem imediatamente em contato com o Sindicato, informando o ocorrido e se colocando à disposição para testemunhar, junto à Comissão de ética da OAB, quando esta abrir o processo respectivo.

Sua atuação, assim, é fundamental para acabar de vez com este tipo de prática profissional que só está interessada no lucro fácil, e não na verdadeira defesa dos interesses dos servidores públicos.

URP

Conforme já é do conhecimento público, a Procuradoria Federal junto ao INSS concluiu que os servidores da autarquia teriam percebido, a partir de abril de 2002, valores indevidos, pagos em decorrência da chamada “URP de fevereiro de 1989”, estando prestes a expedir correspondências a estes servidores, informando-os de que deverão repor ao erário estes valores. A reposição, neste caso, seria realizada através de desconto em folha de pagamento, na forma do art. 46, do RJU, em parcelas mensais que não excederiam a 10%. O Sindprevs/SC ainda não teve acesso às análises feitas pela Procuradoria, mas a partir das informações que temos a Assessoria Jurídica do Sindicato já está estudando o assunto, de modo que tão logo os servidores recebam as correspondências anunciando tais descontos, seja possível o imediato ajuizamento de ações visando impedir que estes ocorram. Por hora é importante frisar que existem argumentos jurídicos capazes de demonstrar a ilegalidade da decisão adotada pela Procuradoria do INSS, de modo que o importante é que os servidores

estejam atentos às orientações a serem baixadas pelo Sindicato. Neste sentido, já nos próximos dias, o Sindprevs/SC disponibilizará em seu site um modelo de procuração, a ser “baixado”, preenchido e assinado pelos servidores que receberem do INSS as cartas anunciando os descontos em comento. O servidor deverá, então, enviar ao Sindicato:

- a) a procuração, devidamente preenchida e assinada;
- b) fotocópia da carta recebida e demais documentos que a acompanham;
- c) fotocópia de comprovante de residência atualizado (luz, água, ou telefone);
- d) fotocópia de documento de identidade (RG, Carteira de Habilitação, etc)

E para que não haja uma corrida desnecessária ao Sindprevs/SC neste momento, deve ficar explícito que, enquanto o INSS não enviar as citadas correspondências, nada precisa ser feito, uma vez que sem esta comunicação prévia o INSS não poderá proceder ao comando dos referidos descontos salariais.

Auxílio-alimentação

No último dia 7 de novembro foi publicado Acórdão em que o Supremo Tribunal Federal reconhece a existência de repercussão geral no tema referente ao reajuste do auxílio-alimentação pago aos servidores públicos, em particular na questão envolvendo a equiparação deste valor com o valor pago no âmbito do TCU. A publicação do referido Acórdão fez com que muitos servidores, equivocadamente, pensassem que a matéria de mérito teria sido apreciada, quando em verdade o STF, até agora, apenas reconheceu a repercussão geral do tema, nada dispondo, até o momento, sobre o mérito. É preciso, assim, aguardar que o STF julgue o caso e diga se há ou não base jurídica para pleitear a referida equiparação. Caso a decisão final seja favorável aos servidores, o Sindprevs/SC organizará ações individuais, no Juizado Especial, fazendo a cobrança com base na orientação do Supremo. Neste sentido, e para que não ocorra prescrição de parcelas vencidas, o Sindprevs/SC ingressou com um protesto interruptivo de prescrição, permitindo que as ações individuais (se vierem mesmo a ser viáveis), possam cobrar as diferenças relativas aos últimos cinco anos, ao tempo em que determinarão a adequação do valor do auxílio aos patamares praticados pelo TCU. Se, entretanto, a decisão do STF for contrária à tese lá colocada em discussão, os servidores não devem fazer estas ações, sob pena de correrem o sério risco de condenação em honorários sucumbenciais. Isso prova a correção da posição de prudência até aqui adotada pelo Sindprevs/SC e sua Assessoria Jurídica, que neste específico caso – dada as dificuldades da tese jurídicas em questão – preferiram aguardar o pronunciamento do STF para depois, com total segurança, ajuizar as ações em favor dos servidores. Trata-se agora, portanto, apenas de esperar o desfecho da questão no STF.

Fonte: Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC

Leia mais informes jurídicos na página 10

A Superintendente admitiu que a pressão sofrida pela Instituição devido às matérias negativas sobre a Previdência que saem na mídia e a pressão dos órgãos de controle como a AGU (Advocacia Geral da União) é grande e que acaba pautando as medidas do governo.

Os sindicalistas, na sua maioria diretores também da Fenasp, disseram que há uma grande preocupação dos sindicatos com a falta de servidores e que os concursos realizados pelo governo não suprirão essa demanda. "É preciso trabalhar com as condições que temos. Se vier a pressão de fora vamos perder as 6 horas", disse a Superintendente.

"As 6 horas não foram um acordo e sim uma imposição. Fizemos propostas mas o governo

não nos ouviu", disse a Diretora do Sindisprev/RS e da Fenasp, Ana Lago.

O Diretor do Sindprevs/PR, Paulo Weber, criticou o Siass e disse que "há uma omissão do governo em relação à saúde dos trabalhadores".

Ao final da reunião foram propostos os seguintes pontos como encaminhamentos para buscar a solução dos problemas apresentados:

- Apresentação pela Instituição do número de servidores que se deslocaram da área meio para a área fim após o turno ininterrupto;

- Efetivar o Grupo de Trabalho com participação de dois (titular e suplente) representantes por estado e assessorias (Jurídica e Saúde do Trabalhador) para a implementação das comis-

sões por local de trabalho, com uma primeira reunião já agendada para 14 de dezembro;

- Levantamento das prioridades na questão das APSs com problemas de infraestrutura;

- Realização de um seminário sobre assédio moral, com participação obrigatória dos gestores;

- Levantar o número de adoecimentos de servidores nas APSs no período do Plano Emergencial;

- Participação dos trabalhadores na elaboração da agenda de atendimento por local de trabalho.

- Efetivação de uma agenda de reuniões trimestrais entre os sindicatos e a Superintendência, sendo a primeira já agendada para o dia 1º de fevereiro de 2013.

Entidades não assinam relatório final do GT do INSS

No dia 4 de dezembro, foi realizada em Brasília mais uma reunião do Grupo de Trabalho da Carreira do Seguro Social com o objetivo de deliberar sobre o Relatório Final do GT.

Cumprindo a deliberação da última Plenária Nacional da Fenasp, que referendou a posição do Encontro Nacional do INSS, a Federação apresentou a posição de que não assinaria o Relatório por este não conter as discussões já realizadas e apresentar uma proposta de carreira que não atende os anseios da categoria.

Os servidores desejam um plano de carreira para o Seguro Social que os valorize e a proposta privilegia exclusivamente a carreira como instrumento de gestão.

O Relatório propõe o avanço pelos níveis e padrões a partir da realização de cursos de capacitação e estabelece que os servidores que não obtiverem êxito serão punidos com o pagamento de pedagios. Hoje o servidor ingressa e apenas pelo tempo de serviço alcança a última referência sem essa carga a mais.

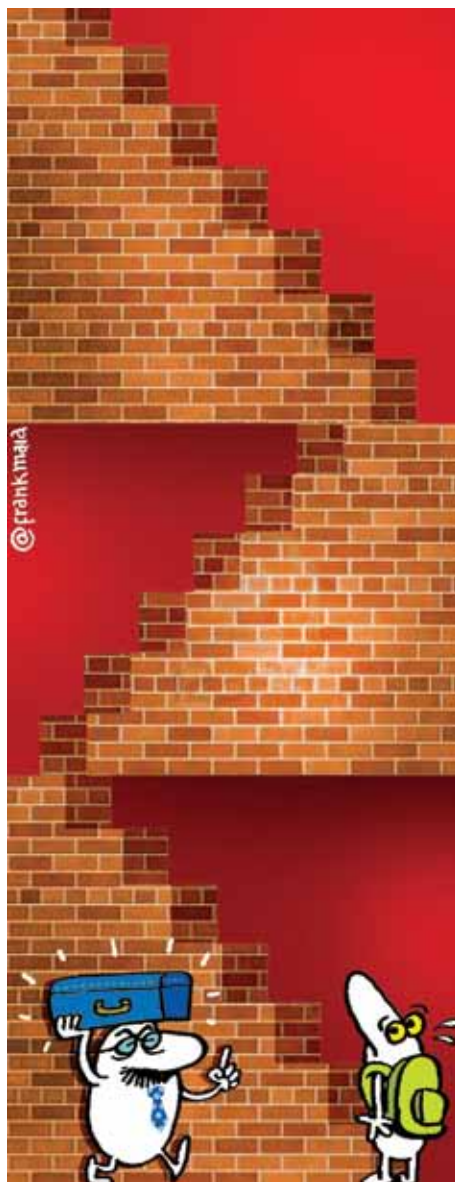
Esse é o tom da proposta: aumentar a cobrança sobre os trabalhadores sem qualquer compromisso com a solução de qualquer problema e muito menos com a elevação dos padrões salariais para os do Grupo das Carreiras de Gestão ou mesmo do Judiciário.

A posição da Fenasp, com algumas considerações, foi seguida pelas outras entidades que compõem o GT, ficando evidente que não há condições de aprovar o Relatório Final. A Federação apresentou uma proposta de elencar os pontos principais, objetos da pauta de reivindicações da categoria, e solicitar uma reunião do GT com o Ministério da Previdência e o INSS que têm a capacidade de tomar decisões políticas.

Na opinião da Fenasp, existem problemas no INSS que precisam ser resolvidos, como a questão da jornada de trabalho de 30 horas, as condições de trabalho, as mudanças estruturais no planejamento de trabalho e, principalmente, a mudança na forma de avaliação, para por fim ao assédio moral no

processo de Avaliação de Desempenho. Essas são condições imprescindíveis para que se possa efetivamente construir uma nova carreira do Seguro Social. Assim como não há como apontar um caminho para implantar um plano de carreira sem se estabelecer previamente os parâmetros da remuneração a serem implantados. Sem isso, qualquer formulação não passará de uma proposta inconsistente.

Dessa forma, a Fenasp e as entidades não poderiam dar um cheque em branco para o governo utilizar contra os servidores.



Ao final das discussões a bancada do Governo concordou com o encaminhamento proposto de solicitar audiência com o Ministro e o Secretário Executivo do MPS e o Presidente do INSS, entre outros dirigentes. Essa audiência se baseará em quatro pontos:

- 1) Alterar a atual relação do percentual fixo e variável da remuneração por meio da incorporação da GAE e da Gdass ao Vencimento Básico. Os representantes do governo defendem a existência de um percentual variável e a discussão do GT de 2011 foi no sentido de incorporar 80 pontos, dividindo os 20 pontos restantes em uma parte de avaliação institucional e outra individual;
- 2) Criação do Adicional de Qualificação;
- 3) Mudança do interstício para desenvolvimento por progressão funcional em 12 meses;
- 4) Fortalecimento da estrutura de capacitação.

Estes foram os termos em que foi possível um encaminhamento mínimo comum. Não existiu acordo quanto a colocar a jornada de 30 horas na carreira como uma proposta do grupo, nem de tratamento para questões como patamares da remuneração, ritmos de trabalho, assédio moral, etc. Essas são questões que vêm sendo tratadas pela Fenasp com o Presidente do INSS e com o Ministro da Previdência desde outubro de 2011.

O objetivo é colocar a discussão dos quatro pontos "de consenso" na reunião com os dirigentes máximos do MPS e do INSS. A Federação buscará avançar para um entendimento que traga conquistas para a categoria e destrave a discussão do Plano de Carreira no sentido de valorizar os servidores do INSS. A Federação também já havia agendado uma audiência com o novo Presidente do INSS, Lindolfo Neto de Oliveira Sales, para o dia 6 de dezembro.

Veja no site do Sindprevs/SC em INSS o "Encaminhamento do GT PORTARIA MPS/GM N° 140/2012".

Fonte: Fenasp



Seminário em defesa do SUS

Quanto vale a sua saúde?

Para você sua saúde não tem preço. Mas para o mercado tem. Essa é a ótica capitalista dos novos modelos de privatização da Saúde como as Organizações Sociais (OSs), OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Fundações, Parcerias Público Privadas (PPPs) entre outras. Para falar do assunto abordado durante o 1º Seminário Catarinense em Defesa do SUS realizado nos dias 5 e 6 de novembro, na UFSC, compuseram a mesa de debates na noite do primeiro dia do evento, a professora doutora da Escola de Serviço Social da UFRJ, Sara Granemann, a professora aposentada do Departamento de Saúde Pública da UFSC, Clair Castilhos Coelho, e a Diretora do SindSaúde e membro do Conselho Estadual de Saúde, Simone Hagemann. O evento foi promovido pelo Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as Privatizações, do qual o Sindprevs/SC e o SindSaúde fazem parte, com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Gestão Voz Ativa.

“Qualquer forma de privatização do Fundo de Saúde Pública deve ser combatida”, disse a professora da UFRJ, Sara Granemann. A professora classificou as formas de privatização em clássicas e não clássicas. As clássicas seriam as realizadas na era FHC como o leilão da Vale do Rio Doce e de serviços como telefonia e energia elétrica. Hoje, no entanto, está ocorrendo a privatização nos moldes dos novos modelos, que se apresentam disfarçadamente como modelos públicos de gestão, mas permitem a possibilidade da entrada do capital privado aproveitando-se das políticas sociais.

“Como dizer que as Organizações Sociais, por exemplo, não são públicas, ou que a EBSERH não é uma empresa pública?”, questionou a palestrante. “Com o nome Empresa Pública é mais difícil entender a privatização do que com a venda das ações da Vale do Rio Doce

leiloadas na bolsa de valores. Artifícios ideológicos políticos são mais difíceis de serem desvelados”, disse. “A privatização do fundo público é o elemento central para a estabilização do modo de produção capitalista e impedir que a taxa de lucro caia”, completou Sara. Ela expôs que quando o modo de produção capitalista entra em crise, como, por exemplo, a crise do *subprime* dos Estados Unidos, é o dinheiro público que é usado para socorrer os capitalistas.

Segundo Sara Granemann, em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro para tentar entender as Organizações Sociais que estão gerindo a educação, a saúde e o esporte naquele estado, verificou-se que os nomes fantasias que estão surgindo por trás das OSs são ligados a nomes de famílias que concentram o poderio de riquezas do País. “Ainda é difícil de se provar algo, mas estamos pesquisando isso”. Ainda de acordo com a pesquisadora, 48% do dinheiro do fundo público vai para o pagamento dos juros e a amortização da dívida pública, dinheiro este que vai para os mesmos bolsos dos grupos financeiros que estão por trás das OSs, cada vez mais se retira do dinheiro público para dar aos ricos e cada vez menos se distribui para os pobres.

Do total do orçamento de 2012, 3,18% do fundo público vão para a educação, 3,98% vão para a saúde, 0,25% para a reforma agrária e 48% vão para os juros da dívida pública, mostrando uma distribuição desigual das riquezas do país. “O fundo público do País é integralmente produzido pelos trabalhadores, mas o que volta para os trabalhadores? O capital privado se apropriando do fundo público é uma forma de extrair mais valia dos trabalhadores”, alertou Sara.

“É preciso fazer o enfrentamento e a luta de classes”

A professora aposentada do Departamento de Saúde Pública da UFSC, Clair Castilhos Coelho, falou sobre a saúde pública em tempos de neoliberalismo e a ótica do mercado. Ela abriu uma brecha na sua fala para criticar a Rede Cegonha do governo federal, colocando que a política da saúde da mulher deve ser

integral e não só no período de gestação, considerando o programa como um retrocesso na discussão da saúde da mulher no País.

Clair ressaltou que, na visão do capitalismo vem o ajuste fiscal e o equilíbrio entre receita e despesa, a restrição na participação do Estado na economia, mas o que se vê na realidade é o Estado mínimo para o social e estado máximo para o capital.

A palestrante lembrou que o Brasil neoliberal mostrou suas garras nas políticas de Bresser Pereira no governo FHC, mas afirmou que o governo Lula e agora o governo Dilma vêm reproduzindo essas políticas, tendo como uma das formas as parcerias com o setor privado através das OSs, OSCIPs, PPPs e EBSERH. Recordou que a MP para criação da EBSERH foi enviada no dia 31 de dezembro de 2010 para o Congresso Nacional, época em que trabalhadores e sindicatos estavam desmobilizados. A Medida Provisória caducou e a Presidente Dilma reenviou então para o Congresso um Projeto de Lei. “Lula e Dilma assumiram o discurso neoliberal, preferiram ouvir empresários como o presidente do Grupo Gerdau, do que ouvir o povo”, disse Clair. “Os 20 maiores bancos do mundo encabeçam o mercado global. Os 10 maiores fundos controlam 17,4 trilhões de dólares”, observou. Para Clair, é necessário fazer o enfrentamento e a luta de classes para se garantir o fim das OSs. “Como podem estar superados os conceitos como luta de classes se o capitalismo está aí?”

Simone Hagemann, diretora do SindSaúde e membro do Conselho Estadual da Saúde, abriu sua fala lembrando das terceirizações que já existem há algum tempo nas cozinhas, lavanderias e laboratórios dos hospitais públicos. Lembrou que o então governador do estado, Raimundo Colombo (PSD), se elegeu em 2010 dizendo que sua prioridade de governo seria a saúde e prometeu que entregaria os 14 hospitais públicos do

Estado para as Organizações Sociais. A palestrante ressaltou que a entrega dos hospitais só não aconteceu até agora devido à resistência dos movimentos sindical e social.

Simone disse ainda que o falso conceito de que o SUS é ineficiente é herança da era FHC e que os novos modelos de gestão têm sido apresentados como a solução para a saúde pública. Ela lembrou que as unidades públicas já estão nas mãos das OSs como o Hemocentro de SC (Hemocsc), Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon), Hospital Infantil de Joinville, Hospital Regional de São Miguel do Oeste, Hospital de Araranguá, SAMU e serviços de humanização do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt de Joinville.

“O Cepon já está no décimo termo aditivo para destinação de mais verbas para que a OS possa cumprir o que está no contrato de gestão”, colocou Simone. “A OS tem autonomia para decidir como vai executar os serviços. Os servidores são cedidos para a iniciativa privada, as unidades são extintas do organograma do governo, a empresa privada que vai

gerir a unidade recebe o prédio, os equipamentos e as verbas públicas para fazer o que bem entender”, alertou.

“Segundo o relatório do TCU sobre o PPA de 2012/2015 o governo destinou R\$ 800 milhões para 8 OSs e R\$ 726 milhões para 14 unidades públicas. A empresa de São Paulo que está gerenciando o SAMU, a SPDM (Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina), tem 6 mil questionamentos na justiça”, disse Simone. “É preciso lutar pela ampliação do orçamento do SUS, contra esses novos modelos de gestão privatista, por concursos públicos e pela valorização do servidor”.

Simone lembrou que umas das lutas dos servidores da saúde, atualmente em greve, é para barrar as OSs no estado e em defesa do SUS 100% público, gratuito e para todos.



Sara Granemann



Clair Castilhos Coelho



Simone Hagemann

Assembleia ratificou novos DBs e Representantes dos Aposentados e Pensionistas eleitos

Na tarde do dia 7 de dezembro, sexta-feira, o Sindprevs/SC realizou a última Assembleia do ano e reuniu servidores do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa no auditório da Fecesc, em Florianópolis.

A Diretoria informou que está tudo pronto no Complexo Esportivo e de Lazer Ademir Rosa para o início da temporada 2012/2013, que começou no dia 7 de dezembro e vai até o dia 3 de março. No orçamento 2013, foram previstos recursos para a construção do novo galpão do Camping, localizado na praia de Ponta das Canas.

Os servidores aprovaram na Assembleia o orçamento do Sindprevs/SC para 2013, já analisados e aprovados pela Plenária Sindical de Base, realizada no dia anterior.

Durante a Assembleia Estadual, o Assessor Jurídico do Sindprevs/SC, Luis Fernando Silva repassou informes sobre as ações individuais que serão ajuizadas pelo Sindicato para os filiados do INSS para tentar impedir a devolução dos valores pagos relativos à URP (leia mais na página 2).

Sobre a implantação do ponto eletrônico no Ministério da Saúde, a Direção informou que a



Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC já está elaborando um parecer jurídico sobre a portaria que trata do funcionamento do ponto. Esse documento vai nortear os debates que o Sindicato realizará com os servidores sobre o ponto eletrônico.

Foi debatido que é importante definir o papel dos servidores do INSS que participarão das comissões de saúde do trabalhador para que eles não acabem fazendo parte de instâncias oficiais que depois punem e perseguem os trabalhadores. Na Assembleia foi informado que no dia 14 de dezembro será realizada uma nova audiência com a Superintendência Regional Sul do INSS e a Direção do Sindprevs/SC para discutir especificamente a saúde do servidor. Durante a Assembleia

os servidores do INSS falaram da pressão pelo aumento da produtividade, da perseguição aos dirigentes sindicais e da falta de condições de trabalho nas Agências da Previdência Social. A Direção do Sindicato afirmou que tem colocado todas essas situações nas reuniões com a administração do INSS.

Para finalizar foram referendados os nomes de todos os Diretores de Base e Representantes dos Aposentados e Pensionistas eleitos em 2012 para o mandato até 2014. A Assembleia foi encerrada com a mensagem de que 2012 foi um ano de muitas lutas e que em 2013 novos e importantes desafios estarão no horizonte dos servidores da Saúde, Previdência e Anvisa.

“Não se trata de humanizar o capitalismo se trata de destruí-lo”

No dia 6 de dezembro, o Sindprevs/SC realizou uma Plenária Sindical de Base em Florianópolis com participação de Diretores de Base e Representantes dos Aposentados e Pensionistas do INSS, Ministério da Saúde e Anvisa, de todo o estado. Abrindo os debates da Plenária o professor Waldir José Rampinelli, professor do Departamento de História da UFSC, falou sobre conjuntura nacional e internacional e as lutas dos trabalhadores.

Rampinelli citou as lutas internacionais dos trabalhadores que estão acontecendo pelo mundo todo a exemplo da Espanha, Portugal, França, Grécia e Itália. “Todas estas lutas buscam um mundo onde todos nós possamos viver melhor. Está mudando tudo, o mundo está caminhando para a mudança, o que virá depende de como estivermos organizados. Se estivermos desorganizados poderá vir um sistema pior. Se estivermos organizados virá um sistema melhor”, observou o professor.

“O sistema capitalista estimula você a pensar todos os dias em quantos terá que matar hoje para poder avançar. Quantos eu terei que derrubar durante o dia para sobreviver lá na frente. Temos que construir um mundo onde caibam todos, já diziam os povos originários”, completou.

Para o professor “a crise atual do capitalismo é bem vinda para ajudar a gente a pensar. Crise no grego quer dizer amadurecimento. Vamos aproveitar a crise para buscar um mundo melhor”.

Rampinelli defendeu que a crise também mostra como os governantes defendem o capital. E reforçou que a crise atual não é só econômica, é política, social, energética, alimentícia, ecológica, etc. “É uma crise estrutural”.

O professor também fez duras críticas ao governo federal. “Vocês, servidores públicos, sabem como a presidenta trata a greve. Trata na porrada.



Ela tem 70% de apoio popular, mas defende os banqueiros, os capitalistas e interesses internacionais. (...) Com as duas mãos dá para o capital e com o dedinho dá para o trabalhador. Precisamos ter compromisso com nossa classe e não com os que elegemos”, disse.

Para Rampinelli a superação deste sistema passa também pela disputa das ideias. “A televisão deseduca, desinforma e idiotiza as pessoas. O que fazer diante de tudo isso? É preciso travar uma batalha de ideias. Divulgar o que pensamos. A imprensa mente todos os dias. É preciso investir

nas mídias alternativas, usar as redes sociais para discutir e debater outras informações que contradigam a imprensa. Também é necessário ler mais, estudar mais. O que vai entrando na nossa cabeça, não sai mais. Aí podemos fazer a disputa”.

Rampinelli disse ainda que é preciso fortalecer as organizações sindicais e populares, buscar a transformação social, reverter as privatizações, lutar por uma reforma tributária que penalize os ricos e pela reforma agrária no País, entre outras lutas. “Essas lutas vão enfraquecendo o capital. Não se trata de humanizar o capitalismo se trata de destruí-lo”, finalizou.

Saúde do Trabalhador também foi tema da Plenária

O Departamento de Saúde do Trabalhador apresentou a campanha do Sindprevs/SC, Violência Emocional no Trabalho: Não se cale! Denuncie!, falando sobre as origens e consequências da opressão dos trabalhadores. O Departamento citou a pressão das chefias, o assédio nos locais de trabalho e colocou alguns pontos de como enfrentar esses problemas. A assessora em saúde do trabalhador do Sindicato, Elisa Ferreira, apresentou informações sobre como caracterizar e prevenir a violência moral. Foram distribuídos folders e cartazes da campanha para serem levados para os locais de trabalho. O Sindicato estará recebendo denúncias também através do endereço eletrônico: sindprevs@sindprevs-sc.org.br. Foi debatido que a questão exige estratégias coletivas de combate a esta violência sofrida pelos trabalhadores. O uso de um livro de ocorrências e parceria entre Sindicato e Diretores de Base foram pontos elencados como medidas essenciais no combate a esta prática.



Plenária da Fenasps discutiu ações para 2013

A Plenária Nacional da Fenasps realizada no dia 11 de novembro em Brasília debateu os rumos das mobilizações e a organização dos trabalhadores do Seguro e da Seguridade Social para 2013.

O Sindprevs/SC esteve presente na Plenária, juntamente com os estados de PA, CE, RN, PR, SP, RS, MG, RJ, ES e oposições do DF e BA.

Veja as propostas aprovadas na Plenária:

♦ Considerando os ataques que a classe trabalhadora tem enfrentado no último período a nível nacional e internacional, a Plenária indicará para as demais organizações de trabalhadores a realização de um Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras em 2013, para discutir a reorganização do movimento sindical e construir um plano unitário de lutas;

♦ Aprovada a elaboração de documento que justifique a não assinatura do relatório final do GT do Seguro Social – Portaria nº 140, de 2

Deliberações aprovadas no Encontro Nacional dos trabalhadores da Seguridade Social (Ministério da Saúde) realizado em 11 de novembro:

- ♦ Que no primeiro dia do reajuste em 2013, todos vistam-se de preto, em protesto à forma como foi assinado o acordo de greve, que prejudica ativos e aposentados.
- ♦ Realizar debate nos locais de trabalho sobre a Reforma Sindical;
- ♦ Orientar os estados a realizarem encontros estaduais dos trabalhadores da Saúde;
- ♦ Luta imediata pela incorporação de todas as gratificações;
- ♦ Que a Fenasps solicite ao governo o aumento do *per capita* para a Geap/CAPSAÚDE a fim de diminuir os valores das mensalidades cobradas dos servidores;
- ♦ Contra qualquer tipo de avaliação de desempenho (Gdass/GDPST) e todas as que sejam vinculadas ao pagamento de salários;
- ♦ Em defesa das 30 horas para todos os servidores, sem redução salarial, além da manutenção do ponto oficial do Ministério da Saúde assinado;
- ♦ Em defesa da Carreira protocolada pela Fenasps;
- ♦ Concurso já, em defesa da entrada no serviço público pela Lei 8112/90;
- ♦ Participação nos fóruns e frentes que discutem a privatização no serviço público/Estado Brasileiro, fortalecendo a campanha contra as Organizações Sociais (OSs) na saúde pública e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);
- ♦ Que a Fenasps busque alterar a forma de aplicação dos valores dos reajustes referentes à greve de 2012, saindo da gratificação e sendo incorporado no salário-base, e realizar lutas em defesa das emendas 4369/2012;
- ♦ Ampliar a discussão do Siass, fazer levantamento da implantação do Siass nos estados e posteriormente convocar seminário de Saúde do Trabalhador;
- ♦ Discussão do Termo de Compromisso nº 01/2012, referente à Mesa Local de Negociação Permanente do Ministério da Saúde nos estados;
- ♦ Discussão do regimento interno da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MS;
- ♦ Que a secretaria de Seguridade Social da Fenasps reabra e organize o GT Nacional da Carreira da Seguridade Social, com a participação do Ministério do Trabalho e Saúde, como existia há alguns anos, com representantes dos estados da federação, para discutir carreira;
- ♦ Buscar, junto aos parlamentares do Congresso Nacional, apoio às propostas de Carreira do Seguro e da Seguridade Social e da Anvisa já protocoladas no Ministério do Planejamento (Mpg);
- ♦ Remeter para discussão na Assessoria Jurídica a mudança de GDPST para GDM, que provocou redução salarial para a categoria dos médicos. Verificar a possibilidade de ação jurídica;
- ♦ Manter na pauta mobilizações e atividades para buscar atendimento às reivindicações das greves do Seguro e da Seguridade Social;
- ♦ Campanha de conscientização e mobilização dos servidores que não fizeram greve em 2012 a fim de sensibilizá-los da importância do fortalecimento da mobilização e para aumentar a unidade entre todos trabalhadores visando conquistar nossas reivindicações. Os dizeres do material seriam: "Eu lutei! E você?"

Fonte: Fenasps

de abril/2012. O relatório vai apontar os pontos negativos e prejudiciais à categoria e reapresentar uma proposta atualizada de Plano de Carreira que contemple todas as reivindicações, principalmente a carga horária de 30 horas, a incorporação da Gdass e a paridade entre ativos e aposentados;

- ♦ A Plenária ressaltou e avaliou a importância da Greve dos Servidores Públicos Federais, em especial a greve dos trabalhadores da Seguridade Social, e indicou a necessidade de divulgar um balanço que oriente os trabalhadores para as lutas do próximo período;

- ♦ Aprovada a realização de um próximo Encontro Nacional dos trabalhadores do INSS, com massiva participação e com o objetivo de intensificar a mobilização desses trabalhadores;

- ♦ Os estados devem construir uma mobilização e orientar os trabalhadores a participarem de todos os processos de lutas e campanhas pela revogação da Reforma da Previdência Social do governo Lula de 2003;

- ♦ A Fenasp deve indicar aos sindicatos a criação e participação de fóruns estaduais em defesa dos Serviços Públicos;

- ♦ Realizar reunião nacional com os filiados redistribuídos para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a assessoria jurídica da Federação para discutir a situação da Geap desses servidores;

- ♦ A Fenasp indicará aos sindicatos estaduais a participação nos fóruns de debates sobre o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (ACE) e da anulação da Reforma da Previdência de 2003;

- ♦ A Fenasp orientará os sindicatos estaduais a participem da Marcha da Periferia e dos fóruns e atividades na semana da Consciência Negra;

- ♦ Os representantes do Sinsprev/MG apresentaram na Plenária as razões que impossibilitaram a realização do XVI ENAPO em 2012. Eles encaminharão um documento aos estados com exposição dos motivos. Os delegados presentes na Plenária, compreendendo a im-

portância da organização e debates dos aposentados, aprovaram a realização de Encontro Nacional dos Aposentados, entre 14 e 15 de dezembro/2012, em Brasília. Os estados deverão eleger os participantes utilizando os mesmos critérios das Plenárias Ordinárias/Estatuto da Federação;

- ♦ A Fenasp encaminhará denúncia ao conjunto de organizações e organismos nacionais e internacionais de defesa dos trabalhadores sobre as medidas autoritárias do governo estadual do Paraná, adotadas para impedir o exercício das atividades sindicais naquele estado;

- ♦ Nas audiências com o governo deve ser discutido o poder e o papel da AGU dentro do INSS e em outros órgãos públicos, sendo que esta tem agido com todo rigor para punir os trabalhadores e, inclusive, interferir no cotidiano da vida profissional dos servidores;

- ♦ Realizar no primeiro trimestre de 2013 um Encontro Nacional dos trabalhadores do SUS, precedido de encontros estaduais;

- ♦ Que o movimento sindical crie ferramentas de inserção junto aos novos fóruns de discussão (blogs, redes sociais, etc.) ocupando esses espaços usados hoje para divulgação do pensamento neoliberal, perverso e de extrema direita;

- ♦ Ampliar a discussão do SIASS e fazer um levantamento da implantação desse programa nos estados e, posteriormente, convocar um seminário de Saúde do Trabalhador;

- ♦ Aprovado o indicativo de realizar a VII Plenária Estatutária da Fenasp na primeira quinzena de março/2013;

- ♦ Será convocada reunião de Diretoria da Fenasp na primeira quinzena de dezembro/2012.

A Plenária também aprovou as deliberações dos encontros setoriais dos trabalhadores do Ministério da Saúde, INSS e Anvisa, realizados em Brasília nos dias que antecederam a Plenária Nacional. O Sindprevs/SC esteve presente em todos os encontros.

Com informações da Fenasp

Deliberações aprovadas no Encontro Nacional do INSS, realizado em 10 de novembro:

Considerando que a classe trabalhadora está enfrentando uma dura realidade frente à crise mundial, lutando contra a política de retiradas de direitos, discriminação e exclusão de amplos setores das camadas mais pobres da população e, diante da necessidade de retomar a luta por seus direitos e melhores condições de trabalho, os trabalhadores e trabalhadoras do Seguro Social aprovaram as seguintes deliberações:

- ♦ Criar uma Comissão na Fenasp para elaborar documento que justifique a não assinatura da proposta de Plano de carreira e que aponte os pontos negativos e prejudiciais à categoria. Apresentar junto uma proposta atualizada de Carreira contemplando todas as reivindicações da categoria, principalmente as 30 horas, incorporação da Gdass e paridade;

- ♦ Realizar debate na base da Federação através de confecção de material sobre a posição a respeito do Relatório do GT e realizar chamamento para a mobilização no próximo período;

- ♦ Solicitar na próxima audiência com o Presidente do INSS a presença de representante da DIRAT (Diretoria de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social) para discutir as mu-

danças do sistema e exigir reformatação dos tempos de atendimento e ritmos de trabalho, revisão do estudo da lotação ideal, problemas na implantação do SIBE (Sistema Integrado de Benefícios) que está impactando no tempo atual insuficiente para resolução do serviço e continuar a luta, pressionando o governo para rever as metas, o IMA/Gdass e a concessão de benefício em 30 minutos que é insuficiente para a conclusão do trabalho;

- ♦ Dar continuidade à luta pela extensão das 30 horas para todos os servidores;

- ♦ Retomar as discussões realizadas no GT Estruturante e Condições de Trabalho, cobrando do governo as resoluções que não foram encaminhadas;

- ♦ Dar continuidade ao processo de cobrança ao governo de capacitação dos trabalhadores recentemente concursados e de reciclagem dos que já estão na "casa" e que estas não sejam só via internet;

- ♦ Que na próxima audiência com o Ministro da Previdência ou Presidente do INSS sejam cobradas providências na APS Ribeiro das Neves/MG e Candeias/BA e todas as demais agências que foram incendiadas e/ou sofreram intempéries e que os funcionários não sofram pressões e constrangimentos nem assédio moral por cumprimento

de metas. E que no novo local sejam asseguradas boas condições de ambiente e de trabalho;

- ♦ Orientar a retomada da campanha nacional "Dor e sofrimento", semelhante à campanha realizada no Sindprevs/SC "Violência Emocional no Trabalho" com confecção de cartaz nacional da Fenasp;

- ♦ Que seja construído um próximo Encontro Nacional de base do INSS com uma maior participação e mobilização nacional;

- ♦ Que seja realizado levantamento do quadro atual dos adoecimentos e afastamentos;

- ♦ Participação da Federação e sindicatos estaduais na Campanha Salarial 2013 dos Servidores Públicos Federais;

- ♦ Esclarecer, nos locais de trabalho, sobre a AQ- Adicional de Qualificação. Esta discussão está sendo realizada de forma distorcida nas salas de bate papo;

- ♦ Denunciar a compra de votos para a Reforma da Previdência e exigir sua anulação, bem como indicar aos Estados a participação nos fóruns e atividades;

- ♦ Manter o envolvimento dos aposentados e pensionistas nas lutas;

- ♦ Aprofundar a discussão dos tempos

e ritmos de trabalho junto a Direção Geral tendo em vista a alteração dos sistemas utilizados pelo INSS;

- ♦ Aplicar o que consta na portaria 83 que trata da Reestruturação das ADJS, no artigo nono parágrafo único para adequar às demais APS do INSS;

- ♦ Reapresentar ao INSS as alterações propostas pela Fenasp com respeito ao turno ininterrupto;

- ♦ Solicitar ao governo a estruturação de GT: para discutir metas, tempo de atendimento, ritmo de trabalho, demanda espontânea, produtividade, assédio moral x avaliação de desempenho, SISREF, condições de trabalho, concurso público, exame periódico, sistema SIBE (Sistema Integrado de Benefícios) e SISAGE;

- ♦ Aprovado indicativo de campanha nacional da Fenasp pela convocação de todos os aprovados no último concurso público, duplicação de vagas e realização de novos concursos, aumentando a validade para dois ou três anos;

- ♦ Solicitar ao governo material do seminário sobre assédio moral conforme promessa e a realização de seminários regionais.

Fonte: Fenasp

Greve da Saúde unificou a classe trabalhadora na luta

Aum dia da Novembrada – manifestação popular contra o Regime Militar, ocorrida em Florianópolis no dia 30 de novembro de 1979–, completar 33 anos, movimentos sociais, sindicatos, trabalhadores e trabalhadoras, centrais sindicais, movimento estudantil, parlamentares e partidos políticos de esquerda, realizaram no Centro da Capital catarinense um emocionante e forte ato na manhã do dia 28/11. Diante da intransigência do governo do Estado, comandado pelo governador Raimundo Colombo (PSD), que não negocia com os trabalhadores da Saúde em greve há mais de um mês, entidades dos movimentos sindical e social, realizaram uma assembleia e uma manifestação exigindo a reabertura de negociação imediata com a categoria.

Os manifestantes, entre eles trabalhadores da Saúde, bancários, servidores públicos federais e do transporte urbano, reuniram-se na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa do Estado, com apoio das entidades sindicais e diversos movimentos entre eles o MST e as Brigadas Populares. Logo após a assembleia e o ato, saíram em passeata até o Ticen (Terminal de ônibus do Centro). Os motoristas e cobradores paralisaram os ônibus por mais de uma hora para apoiar a greve da Saúde. Paralelamente a isso, os trabalhadores bancários, que estavam mobilizados devido a um ato nacional da categoria, paralisaram as atividades e as escolas da grande Florianópolis também pararam por 40 minutos. Todos movidos pela solidariedade à greve da Saúde. Exemplo magnífico de que é possível uma unidade da classe trabalhadora e que é urgente que isso aconteça. Foi como se um gigante adormecido acordasse Floripa, que tanto tem sofrido com os ataques do capital. Foi um levante, um Já Basta! pelas ruas da cidade. A massa fechou o Ticen, os bancos pararam e a rede estadual de ensino apoiou a luta. Não há palavras para descrever esse ato histórico que aconteceu em Florianópolis naquela manhã. Talvez um dos maiores fatos políticos encabeçado pelos trabalhadores e sindicatos dos últimos tempos, desde a Revolta da Catraca com o Movimento Passe Livre à frente em 2005 e a forte greve dos motoristas e cobradores atingindo 100% de paralisação em maio desse ano.

Uma demonstração de que a unidade e as grandes lutas estão voltando pra Floripa. Ninguém aguenta mais a opressão do governo Colombo (PSD), que, desde que assumiu, tem realizado um desgoverno no Estado, uma incapacidade de resolver os problemas de segurança, saúde (que segundo ele

seria sua prioridade número 1, 2 e 3) e educação e dialogar com os trabalhadores.

O soldado Marcos Prisco, perseguido politicamente na greve dos policiais na Bahia em fevereiro desse ano, estava presente no ato. “Não recuamos, conseguimos nosso reajuste e a retirada dos processos criminais contra os trabalhadores. Os companheiros que haviam sido presos foram soltos e mostramos ao governo do PT da Bahia a força dos trabalhadores”, disse emocionado e incentivando os trabalhadores da Saúde a permanecerem na luta.

“Vocês estão fazendo o que todos os trabalhadores deveriam fazer. Estão na luta. Não estão se curvando para os carrapatos que estão agarrados no poder”, disse o assessor do Sintraturb, Ricardo Freitas.

A deputada Estadual Ana Paula Lima (PT) disse que “o único culpado pela Greve é o governo do Estado, que não negocia com os trabalhadores”. Ela participou, juntamente com os demais parlamentares, em visitas no dia anterior aos hospitais do estado para ver as condições em que as unidades se encontram.

O deputado Volnei Morastoni, também do PT, disse que solicitará mais uma audiência pública para tratar da Saúde no Estado. “O Estado tem recursos sim para atender as reivindicações da categoria”, afirmou.

O deputado Amauri Soares do PDT falou que os patrões temem a solidariedade da classe trabalhadora. E que a unificação das lutas se faz necessária.

Bruno Mandelli, do DCE da UFSC, lembrou da participação importante de Santa Catarina na Novembrada e que este movimento contribuiu para a derrubada da Ditadura. Disse ainda que o movimento estudantil é solidário à greve na Saúde.

Daniel Silveira Ramos, da CSP-Conlutas, ressaltou as lutas internacionais dos trabalhadores que estão se levantando em vários países e defendeu a unidade da classe trabalhadora do Brasil e do mundo. “Os governos temem a classe trabalhadora unida”.

Anna Julia Rodrigues da Central Única dos Trabalhadores (CUT) disse que está na hora de todos os servidores públicos estaduais se unirem em uma campanha pedindo o “Fora Colombo”, sendo que este já demonstrou total incapacidade de governar o Estado.

Durante a manifestação, o Comando de Greve do SindSaúde recebeu uma ligação dizendo que agora o governo quer conversar, mostrando que somente a luta pode mudar a realidade da classe trabalhadora oprimida. Após a manifestação e um almoço coletivo no acampamento em frente à Alesc, os trabalhadores seguiram de ônibus até o Centro Administrativo na SC 401, que foi palco de ataques aos sindicalistas na última segunda-feira, para realizar mais um ato e aguardar a abertura das negociações.

E como diria Mauro Iasi, “há quando os trabalhadores perderem a paciência...”. Quando os trabalhadores perderem a paciência, um mundo lindo nos espera!

Fonte: SindSaúde (texto e fotos: Marcela Cornelli)



Se 2012 exigiu união dos servidores federais, em 2013 a luta vai ser ainda maior

Por Miriam Santini de Abreu, jornalista do Sintrajusc



As três palestras no seminário "As reformas neoliberais e os servidores públicos", realizadas no dia 21 de novembro, no auditório do Floph Hotel, no centro de Florianópolis, deixaram claros dois fatos. Primeiro, o ano de 2012 marcou a retomada da unidade de luta dos servidores públicos federais, apesar das divergências entre sindicatos e centrais sindicais. Segundo, em 2013 esta unidade terá que ser ainda maior, porque projetos que tramitam no Congresso Nacional irão piorar a vida dos trabalhadores, sejam eles servidores públicos, celetistas, terceirizados.

O auditório ficou lotado para o evento, promovido por sete sindicatos de Santa Catarina e duas centrais sindicais (CSP-Conlutas e CUT). O primeiro a falar no seminário foi o metalúrgico José Maria de Almeida, o Zé Maria, membro da Coordenação Nacional da CSP Conlutas. Ele enfatizou essa retomada das mobilizações, especialmente em um contexto político e econômico que acirra as disputas entre trabalhadores e patrões, nas quais entram também as políticas do Estado para beneficiar o empresariado.

O cenário internacional revela esse quadro, como as mobilizações no norte da África e a guerra na Síria, diariamente (mal) contado nos grandes meios de comunicação. "Esses processos são expressões de luta de populações que não suportam mais viver nas condições que lhe são impostas", disse o palestrante. Ele citou como dia histórico o 14 de novembro, quando uma greve geral uniu os trabalhadores europeus contra os planos de ajuste econômico impostos pelos governos em vários países. A pauta de reivindicações incluiu o fim dos cortes e revogação das reformas trabalhistas e da segurança social e contra o pagamento da dívida aos banqueiros, com auditoria pública da dívida. É o que os setores críticos estão há anos exigindo que o Brasil faça em relação à própria dívida. Agora, esse clamor também chega na Europa.

Zé Maria lembrou que, desde 2007, com o início da crise que de lá para cá só cresce, os Estados estão salvando bancos, como aconteceu nos Estados Unidos, em países europeus e no Brasil, e a derrama desse dinheiro que sai dos cofres públicos se manifesta na redução de direitos e na demissão de trabalhadores. Os grandes grupos econômicos estão se agrupando para garantir rentabilidade, porque crise significa redução da taxa de lucro. Aí entra o Estado para dar uma mãozinha, como agora, no Brasil, onde há isenções de

impostos e oferta de crédito para dar sustentação aos grandes empreendimentos. Essa decisão já gerou gritaria por parte de prefeitos, que viram despencar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) inclusive por causa das isenções. Mas as empresas não se contentam, querem mais e mesmo assim continuam a penalizar os trabalhadores. A General Motors, por exemplo, apesar de todas as isenções de impostos, planeja demitir 1.840 trabalhadores a partir de 26 de janeiro de 2013. É nesse cenário que o Congresso Nacional discute novas mudanças na previdência social e projetos como o congelamento dos vencimentos de servidores públicos.

O palestrante elencou os temas fundamentais para os quais é preciso a luta unificada dos trabalhadores. Um deles é contra o ACE, o Acordo Coletivo Especial, apresentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SP). Com o ACE, os patrões poderão rebaixar direitos, sem que haja nenhuma segurança na lei para proteger os trabalhadores, pois o negociado com eles vai valer mais do que a lei. Zé Maria advertiu que o ACE não irá afetar apenas os trabalhadores da iniciativa privada, como parece à primeira vista: "Vai ser como na reforma da previdência, que primeiro atingiu os trabalhadores da iniciativa privada, em 1998, e depois, em 2003, os servidores públicos".

A justificativa para o ACE é que a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, é antiga e impede avanços nos direitos dos trabalhadores. Ora, alertou o palestrante, a CLT tem, sim, problemas, é limitada, mas nunca impediu acordos para as empresas melhorarem as condições dos trabalhadores. "Então, o problema não é necessidade de conseguir avanços para melhorar, e sim para piorar. Essa é a razão pela qual a proposta vem de um sindicato e por encomenda das grandes empresas instaladas no ABC, porque a crise no setor de veículos é grande", contextualizou. Há um excedente de veículos, com novas montadoras se instalando no Brasil, mas essa onda irá durar dois, três anos, e irão sobreviver as que tiverem custos mais baixos. As já instaladas no ABC paulista, que são mais antigas, incorporaram menos tecnologias e pagam melhores salários, e precisam, então, eliminar direitos. Aí o ACE cai com uma luva. Como no país não há proteção contra a demissão imotivada, os patrões têm grande possibilidade de pressão para arrancar acordos vantajosos para as empresas. "Por isso

é importante que os trabalhadores se unam para impedir o ACE e defender o direito de greve", finalizou Zé Maria.

A armadilha dos serviços essenciais

Anna Julia Rodrigues, dirigente da CUT/SC, destacou que, dentro da Central, há setores contrários aos projetos que ameaçam direitos (parte da CUT, porém, apoia a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). A fala dela destacou as propostas de regulamentação do direito de greve, já que mais de 20 tramitam no Congresso Nacional. Anna Julia afirmou que esse direito já está garantido na Constituição Federal, e o que é preciso, sim, é regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela normatiza as relações de trabalho na administração pública em relação ao direito de organização e prevê garantias às organizações de trabalhadores do setor público. Também estabelece parâmetros para a fixação e negociação das condições de trabalho, para a solução de conflitos e para o exercício dos direitos civis e políticos. A Convenção foi aprovada em 2010 pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas precisa de regulamentação por meio de uma lei complementar.

Anna Julia destacou a contrariedade em relação à regulamentação do direito de greve: "Se pensarmos, por exemplo, na definição de serviços essenciais, é perigoso se basear nisso, porque todo o serviço público será considerado essencial".

Luta unificada garantiu recursos

Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP Conlutas, em sua palestra destacou que a greve de 2012 foi a maior nos últimos 15 anos no setor público, talvez ainda maior do que a luta contra a reforma da previdência em 2003: "As greves deste ano tiveram ações balizadas, como ocupações de prédios, de avenidas, estradas, e enfrentando um governo duríssimo, com alto índice de popularidade". Graças à unidade na luta, independentemente de sindicatos e centrais terem, em vários temas, posições divergentes, foi possível dobrar o governo Dilma em um contexto internacional dos mais difíceis. Em 2011, nenhum centavo foi direcionado ao servidor público. Mas, com as greves de 2012, foi possível garantir R\$ 12 bilhões ao ano até 2015, 8 vezes mais do que foi concedido neste ano, R\$ 1,5 bilhão. "Esses recursos iriam para o bolso dos banqueiros. Conseguimos arrancar isso do orçamento, mas ainda não se resolveram problemas de carreiras, de recomposição de perdas e de direito de greve, e que agora será atacado", destacou.

A questão, para ele, é: os trabalhadores serão propositivos ou não em relação aos projetos que tratam do direito de greve? Para Barela, a resposta é que são projetos que apenas restringem esse direito. Então, é preciso exigir a regulamentação da Convenção 151 da OIT, e o contrato coletivo de trabalho no serviço público. Esse passo é importante, segundo o palestrante, porque o governo assina termos de compromisso com categorias para que

eles virem projetos de lei, mas, dependendo da correlação de forças no parlamento, mudam o projeto, os valores, a negociação feita, enfim. "O acordo firmado, portanto, não vira necessariamente projeto de lei com garantia de orçamento", alertou o sindicalista.

Para ele, não é o caso de não se ter um projeto para fazer a disputa política, mas esse projeto tem que ser o mais simples possível, sem estabelecer detalhes como prazos de aviso de greve ou percentual de trabalhadores que não podem fazer greve, porque esses marcos interessam, sim, ao governo, e só servirão para limitar o direito de greve. Barela foi enfático ao afirmar que trabalhador não precisa disso. Afinal, antes da Constituição de 1988, os servidores públicos nem sequer podiam se organizar em sindicatos, e, para fazer a luta, criaram associações: "Fizemos grandes greves contra governos militares, Collor, FHC, e na Constituição vimos consagrado o direito de organização sindical e o direito de greve. Mas mesmo antes, quando tínhamos correlação de forças favorável, nós enfrentávamos o governo".

Então, para ele, tem que permanecer o que está na Constituição, mas com um "puxadinho", um adendo simples que não impeça o direito por causa do excessivo detalhamento sobre a forma como ele deve ser exercido. Serviços inadiáveis, por exemplo, afirmou Barela, são temas da própria negociação coletiva, seja com municípios, estados e União. Os servidores sabem muito bem o que é inadiável, não é preciso estabelecer isso, e devem deixar claro à população que o caos na saúde, na educação, não é culpa de grevistas, e sim do governo: "O Congresso, os empresários, o Judiciário, beneficiam os ricos, então o que nos vale é continuar na luta".

O palestrante criticou pontos da "Proposta de regulamentação da negociação coletiva, direito de greve e afastamento de dirigentes do setor público", feita por centrais sindicais. Dois artigos em especial chamam a atenção. O 26 diz que "os grevistas deverão garantir a manutenção de 30% dos serviços e atividades considerados inadiáveis, destinados a garantir as necessidades da população". O artigo 28 prevê que "as faltas ao trabalho em decorrência de greve serão objeto de negociação, devendo produzir um plano de compensação que contemple os dias parados e/ou o trabalho não realizado". Ou seja, centrais que representam os trabalhadores se adiantam, por conta própria, para definir percentuais e formas de negociação dos dias parados, um prato feito sob medida para o governo.

No debate, foi mencionada a greve dos servidores da saúde em SC, que está sendo severamente punida pelo governo Raimundo Colombo. Os três palestrantes enfatizaram que, nesse momento, a greve deve contar com o apoio de todos os sindicatos, e com base em uma solidariedade ativa e de compromisso com esses trabalhadores. Foi aprovada moção de repúdio contra a forma como o governo do Estado atua, não abrindo negociação. Também foi aprovada moção pela anulação da reforma da Previdência de 2003, porque sua aprovação ocorreu em um período no qual parlamentares da base aliada ao primeiro governo do ex-presidente Lula receberam dinheiro para apoiar projetos, caso em julgamento na Ação Penal 470, do "mensalão".





PCCS/INSS

No dia 6 de dezembro foi publicado o Acórdão com o resultado do julgamento dos recursos apresentados tanto pelo Sindprevs/SC, quanto pelo INSS, onde ambos discutiam a amplitude e o alcance da conta final da Reclamatória Trabalhista nº 1991-1990-14-12, das diferenças do PCCS dos servidores do INSS, de janeiro de 1988.

Na avaliação do escritório Advogados Reunidos, o julgamento se mostrou bastante favorável aos servidores do INSS. Mesmo assim, o Sindicato apresentou Embargos de Declaração, pois na primeira página do acórdão (nome que se dá ao julgamento de um colegiado, como no caso a 1ª Câmara do TRT da 12ª Região), constava como executada a União Federal ao invés do INSS. Os recursos visam apenas a correção do que se denomina "erro material" e está pendente de julgamento.

Na decisão publicada, o TRT determinou a continuidade da execução para todos os funcionários do INSS, aqueles que faziam parte do antigo INPS e também aqueles lotados no extinto IAPAS.

Apesar da decisão favorável, em relação aos créditos dos

servidores do antigo INSS o TRT entendeu que não se poderá cobrar a correção monetária de um determinado período, isso poderá ocasionar, em tese, uma diferença entre as contas elaboradas, que, a depender dos critérios a serem adotados na execução, não terá reflexos maiores nos ganhos dos servidores.

Apesar do ganho de causa esse quadro ainda pode ser alterado por recursos do INSS, cuja aceitação, no entanto, é cada vez mais difícil pelos Tribunais Trabalhistas, uma vez que a matéria foi muito bem julgada e o processo é muito antigo.

Os advogados esperam finalizar a execução até 1º de julho de 2013. Se isso ocorrer, os servidores com menos de 60 anos poderão receber seu pagamento até o início de 2014. Os servidores que já completaram 60 anos, poderão receber antecipadamente seus créditos, conforme lei, até o limite de 180 salários mínimos. Se houver saldo favorável ao servidor, este será pago através de precatório, ou seja, será requisitado pelo juiz ao presidente do TRT para pagamento no ano seguinte.

Fonte: com informações do escritório Advogados Reunidos

PCCS/MS

O Sindprevs/SC contratou um perito para que os cálculos dos demais servidores do Ministério da Saúde (MS), Anvisa e ex-Inamps lotados hoje no INSS, fossem realizados em tempo hábil. O setor de Recursos Humanos do MS informou não ter condições de realizá-los dentro do prazo da Justiça para inclusão em precatório em 2012, para pagamento dos atrasados do PCCS em 2013.

O juiz inscreveu o precatório mas a nova presidente do TRT não homologou a inscrição interpondo uma nova intransigência da Justiça: a ação ter transitado em julgado. Nesse período a Advocacia Geral da União (AGU) entrou com uma petição para poder verificar se os cálculos do Sindicato estão corretos.

No dia 30 de janeiro de 2013 estará em pauta para julgamento o processo do PCCS dos servidores do Ministério da Saúde: o recurso

da União e os cálculos apresentados pelo Sindicato, apesar do juiz já ter inscrito os valores em precatório. Após esse julgamento o processo poderá transitar em julgado, exigência para liberação dos recursos.

O Sindicato vai apresentar uma listagem com a idade dos servidores para agilizar a liberação do pagamento para os que tem mais de 60 anos e que vão receber até 180 salários mínimos. Também receberão através de requisitório os servidores que receberão até 60 salários mínimos. Todos os demais terão que aguardar a liberação do precatório.

O Juiz já aceitou a execução do pagamento dos servidores que não possuíam cálculos por falta da ficha financeira por parte do Ministério da Saúde. Esses cálculos, como indicou o Sindicato, serão realizados com base em amostragem, mesmo que ocorra o trânsito em julgado.



Geap

Eleitos os representantes do MS nos Conselhos da Geap

A chapa apoiada pela Fenasps composta por Ana Luisa Dal Lago e Evilásio Silva Pereira foi eleita respectivamente para o cargo de Conselheira Titular e Conselheiro Suplente.

No dia 30 de outubro, a Comissão Eleitoral Nacional homologou o resultado da eleição dos conselheiros representantes dos assistidos do Ministério da Saúde para compor o Conselho Deliberativo (Condel) da Geap. A chapa indicada pela Fenasps composta por Ana Luisa Dal Lago e Evilásio Silva Pereira foi eleita respectivamente para o cargo de Conselheira Titular e Conselheiro Suplente. Os novos conselheiros, eleitos para o mandato 2012/2016, substituirão Valmir Braz de Souza e Cleuza Faustino que durante dois man-

datos atuaram como conselheiros junto ao CONDEL da GEAP, lutando em defesa dos interesses dos trabalhadores do Ministério da Saúde.

A Chapa única obteve 4.500 votos válidos, para o Conselho Deliberativo da GEAP. Dos 25.641 servidores ativos participantes da GEAP aptos a votarem, segundo relação extraída do SIAPE, compareceram 4.638 votantes às sessões eleitorais, ultrapassando assim o quorum mínimo de 5% exigido pelo Regulamento. Ao todo foram contabilizados 4.500 votos válidos, 79 votos em branco; 59 votos nulos. As entidades sindicais e a Direção da Fenasps agradecem o apoio e a confiança depositados nos candidatos apoiados pela Federação, que atuarão ba-

seados nas bandeiras de luta dos servidores públicos

A Comissão Eleitoral avaliou que o processo eleitoral seguiu o Edital CGESP/SAA/SE/MS nº 05 de 1º/06/2012, publicado no Boletim de Serviços Eletrônicos - BSE de 1º/06/2012. Fize-

ram parte da Comissão: Fidélia Vasconcelos de Lima, João Batista Landim, Juliana Corrêa da Nóbrega Oliveira, Regina Célia Porfírio de Lima Silva, e Vera Lúcia da Silva Santos.

Fonte: Sindprevs/SC, com dados da Comissão Eleitoral Nacional



Agenda

dezembro

- 6 – Plenária Sindical de Base do Sindprevs/SC, às 9 horas, no auditório da Fecesc, em Florianópolis
- 7 – Assembleia Estadual Geral do Sindprevs/SC, às 13h30min, no auditório da Fecesc, em Florianópolis
- 7 – Abertura da temporada 2012/2013 no Complexo Esportivo e de Lazer Ademar Rosa, em Ponta das Canas, Florianópolis

24 a 31 – Recesso de fim de ano do Sindprevs/SC

janeiro

2 – Retorno ao atendimento normal no Sindprevs/SC

março

3 – Encerramento da temporada 2013 no Complexo Esportivo e de Lazer Ademar Rosa, em Ponta das Canas, Florianópolis



Servidores da Anvisa realizaram encontro nacional

No dia 10 de novembro os servidores da Anvisa reuniram-se na sede do Andes Nacional em Brasília, juntamente com os membros do Devisa/Fenasps. Santa Catarina esteve presente na reunião.

O Devisa/Fenasps informou que, após o encerramento da greve em 31/8, o departamento tem acompanhado certa insatisfação geral dos servidores da Anvisa diante da cobrança da reposição dos dias parados. No entanto, observa-se que o tratamento não é uniforme nos estados e locais de trabalho, sendo que em alguns locais, como exemplo o Porto de Santos, o chefe tem sido autoritário e inclusive executando o acordo firmado de forma própria prejudicando os colegas que manifestaram grande indignação e revolta. Enquanto em outros locais o processo corre em clima mais tranquilo, mas ainda não havia informações de todos os estados.

O fato é que ocorreu grande desgaste das entidades do Comando de Greve na tentativa de conciliar e defender os interesses da categoria, no sentido de amenizar a cobrança pelas horas paralisadas imposta pelo governo e o fechamento de um termo de acordo mais justo que privilegiasse a reposição do trabalho represado, como a Fenasps sempre defendeu. Após sucessivas reuniões com os gestores da Anvisa e entidades foi efetivado um acordo para ser repassado ao MPOG que foi acatado e resultou na devolução dos valores descontados.

Outro problema foi que nem todos os grevistas tiveram corte de ponto, o que comprova que não houve um critério claro de participação na greve por parte da Instituição.

A Fenasps, em reunião realizada em 9/11, com o Gerente Geral de Portos Aeroportos e Fronteiras da Anvisa mais uma vez reafirmou que não há demanda represada em função da greve e que, portanto, não vê razão para continuar a cobrança de reposição de horas e isso seria transmitido aos trabalhadores e que seja observado o termo de acordo. Diante da queixa dos trabalhadores de Santos foi exposto ao gerente que é necessário orientar o chefe do posto para acolher as considerações dos servidores e não mais perseguir os colegas, o que pode ser considerado assédio moral. Há uma preocupação entre os membros do Devisa/Fenasps diante

da necessidade de fortalecimento do departamento e maior envolvimento dos sindicatos estaduais para garantir a participação e representação dos estados nas ações e encaminhamentos em prol da categoria.

Os servidores têm cobrado maior efetividade de resultados no atendimento das reivindicações que não houve acordo em 2012 e esperam a reabertura e continuidade de negociações com o governo.

Em reunião realizada entre os membros do Devisa/Fenasps e servidores do Posto de Santos no dia 8/11, juntamente com diretores do Sinsprev/SP e assessor jurídico foi deliberado pelo ingresso de medidas judiciais cabíveis diante da acusação do Sindicato de Despachantes Aduaneiros de Santos de pagamento de propina aos servidores para liberação de cargas importadas e ainda veiculação de matérias na mídia com ataques diretos aos grevistas, responsabilizando-os pelas mortes de crianças e pessoas em tratamento de câncer por falta de medicação, o que não condiz com a verdade.

Outra grande preocupação da categoria nos estados é com a precariedade da estrutura de recursos humanos nos postos da Anvisa e o futuro dessa área considerando a ameaça do Decreto 7777/12 que prevê a participação de estados e municípios no exercício de atividades de fiscalização sanitária diante da falta de informações dos gestores do que se pretende para a área de Portos, Aeroportos e Fronteiras. Diante disso, o Devisa conseguiu uma reunião com o Gerente Geral, Paulo Cury, no dia 9/11, com a participação da Direção da Fenasps, e cobrou maior transparência e estará protocolando ofício para cobrar informações atualizadas e oficiais.

O Devisa/Fenasps recebeu solicitação de um companheiro da Anvisa do Amazonas para a realização de uma reunião com os servidores ainda no mês de novembro para esclarecimentos sobre o processo de negociação, com o apoio da Fenasps e sindicatos

estaduais para viabilizar essa demanda.

No dia 9/11 os membros do Devisa e representantes da direção da Fenasps participaram, na sede do Sinagências, de reunião com as entidades do Comando de Mobilização das Agências Reguladoras com o objetivo de fazer uma avaliação pós-greve e buscar a efetiva reabertura de negociações para discussão da pauta comum da categoria. Foi deliberado que será protocolado ofício no MPOG reiterando a pauta apresentada e deixando explícito que o ponto de partida é a contraproposta já levada à mesa de negociações ainda sem resposta favorável pelo governo.

Encaminhamentos e proposições da reunião:

- ♦ Retomada da organização da base nos estados e por locais de trabalho e buscar a formação sindical dos trabalhadores da Anvisa;
- ♦ Participação nas reuniões conjuntas com entidades representativas dos trabalhadores tanto da Anvisa quanto nas demais agências reguladoras;
- ♦ Reapresentação da pauta de reivindicações da Anvisa junto ao MPOG em documento conjunto com demais entidades nacionais do Comando de Mobilização;
- ♦ Defesa da Carreira de Regulação Federal para todos os servidores das agências reguladoras;
- ♦ Buscar a reabertura de negociações com o governo;
- ♦ Cooperar na organização de um Encontro Nacional dos Trabalhadores da Anvisa específico da área de Portos, Aeroportos e Fronteiras em conjunto com entidades de classe e gestão da Anvisa;
- ♦ Solicitar à Fenasps com apoio dos sindicatos estaduais a realização de um seminário nacional do Jurídico para tratar de assuntos da Anvisa;
- ♦ Participação de representantes do Devisa no Congresso Extraordinário Estatutário do Sinagências a ser realizado em Brasília no período de 1º a 5 de março de 2013;

♦ Manutenção de representantes do Devisa nas comissões internas da Anvisa: Comissão Permanente de Valorização do Servidor da Anvisa, Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD e Comitê de Capacitação de Desenvolvimento de Pessoas da Anvisa.

Os encaminhamentos e proposições foram aprovados na Plenária Nacional da Fenasps do dia 11 de novembro.

Fonte: Fenasps



Servidores da Anvisa participam de Assembleia conjunta do Sinagências e do Sindprevs/SC

O Sinagências (Sindicato Nacional das Agências Reguladoras) que representa parte dos servidores da Anvisa e demais agências reguladoras realizou uma série de assembleias estaduais. Na região Sul as assembleias aconteceram no período de 28 a 30 de novembro. Dia 28/11, em Porto Alegre, dia 29/11, em Florianópolis e dia 30/11, em Curitiba.

A assembleia de Santa Catarina foi realizada na sede do Sindprevs/SC, com a participação de servidores da Anvisa, DNPM e Anatel. Também estiveram presentes os diretores do Sindprevs/SC Giulio César da Silva Tártaro e Teresinha Maria da Silva. O Sinagên-

cias foi representado pelo presidente da entidade João Maria de Medeiros e David Leão.

A Assembleia teve como objetivo avaliar a situação do quadro de filiados em Santa Catarina, atualmente são 38 servidores, recompor as estruturas estaduais, SESIN (Secretaria Estadual) e eleger delegados para o 3º Congresso Nacional que será realizado em março de 2013 em Brasília.

Aproveitando a presença dos diretores do Sindprevs/SC foi realizado um balanço da greve, abordando os principais aspectos da negociação com o governo e destacando a importância

da união das entidades nacionais e estaduais.

Para o ano de 2013, o Comando de Mobilização prevê uma agenda com o governo já para o mês de fevereiro, com a expectativa de fechamento de um possível acordo até final de abril. No Congresso da categoria marcado para março será referendada a pauta atualizada de reivindicações com aprovação dos representantes estaduais e diretoria.

Após as discussões foi aberta a palavra aos presentes para esclarecimentos e manifestações. Na sequência foi iniciada a eleição para a SESIN

e demais cargos da estrutura estadual. Para a escolha de delegados para o Congresso da categoria ficou a seguinte distribuição: uma vaga para a SESIN, uma vaga para Anatel, uma vaga para Anvisa e uma vaga para o DNPM. O critério de escolha de delegados é de um delegado para cada 15 filiados. Conforme deliberado no Encontro do Devisa/Fenasps e na Plenária Nacional da Fenasps os representantes da Federação participarão como observadores. O diretor do Sindprevs/SC, Giulio, também participou da assembleia do Paraná na sede do Sindprevs/PR em Curitiba no dia 30/11.



Última Página

Atividades marcaram o Dia da Consciência Negra em Florianópolis



Desconstruir o imaginário, que impõe ao povo negro o ideário de submissão histórica é dever de todos nós. Para isso, se faz necessário transformarmos nossas ideias em ações. Que nos apropriamos do legado de Zumbi, que entendamos que a luta é árdua, que tenhamos a compreensão que podemos transformar o mundo em que vivemos. Gestos e atitudes mostrarão o caminho de uma sociedade digna, humanitária e igual para todos. Pois o conceito de humanidade perpassa pela valorização das pessoas, do respeito às diferenças, pela convivência pacífica entre os seres.



Para marcar o Dia da Consciência Negra e o assassinato de Zumbi de Palmares foram realizadas diversas atividades nos dias 19 e 20 de novembro, no Centro de Florianópolis. No dia 19 houve concentração às 16 horas, em frente à Catedral para caminhada e panfletagem nas ruas da cidade, com participação do Grupo Maracatu Arrasta Ilha. No dia 20 foi realizado um Ato Cultural em frente à Catedral.

As atividades foram promovidas pelo Sindprevs/SC, Sinergia, Seeb-Fpolis, Sintrafesc e Sintrasm.

